

# Constituinte deverá ter presidente único

Lideranças do PMDB realizaram ontem gestões junto à Frente Liberal com o fim de obter a sua concordância à proposta feita anteriormente pelo deputado Flávio Rierrembach, segundo a qual a Constituinte teria um só presidente, dispensando-se a organização separada de Mesas da Câmara e do Senado. Com isso se asseguraria a permanência do deputado Ulysses Guimarães na presidência da Constituinte e também como substituto eventual do presidente da República, nas suas ausências e impedimentos, na qualidade de vice-presidente da República. Mas a Frente Liberal não se revela propensa a aceitar a fórmula em questão, uma vez que ela daria extraordinário reforço à candidatura do deputado Ulysses Guimarães e ao próprio PMDB para alcançar a Presidência da República na sucessão do presidente Sarney.

A Frente Liberal acha que se opondo à existência da Grande Comissão que exerceria atividades legislativas, prevalece o ponto de vista anterior de que Câmara e Senado funcionarão normalmente, com suas respectivas Mesas. A presidência da Constituinte só faria sentido, com a exclusão das Mesas da Câmara e do Senado, se tivesse prevalecido o ponto de vista da Constituinte Autônoma. Também o PDS é contra

o funcionamento da Grande Comissão, integrada por deputados e senadores. O senador Ernani do Amaral Peixoto, presidente do PDS, acha que o assunto deve ficar para ser decidido pela Constituinte, pois sendo soberana ela pode traçar seus próprios rumos.

O senador Itamar Franco, do PMDB, propõe a eleição em 86 do vice-presidente da República, concomitante com o pleito para governador, renovação do Congresso e das Assembléias Legislativas. Mas o PMDB, pelas suas lideranças, revela o temor de que essa iniciativa venha a favorecer o governador Leonel Brizola em seus propósitos políticos.

O PDS, pelas suas lideranças, passou a impor uma condição para votar a emenda da Constituinte, junto com a anistia e as desincompatibilizações. Pretende que na votação da constituinte seja incluída a reforma tributária, que transfere para os municípios recursos da União, assunto objeto de negociações ainda não concluídas com o Governo Federal. O deputado Pimenta da Veiga levou estes e outros assuntos ao exame do presidente Sarney.

O PDS concorda com a anistia aos militares nos termos da fórmula de conciliação concebida pelo governo, sem pagamento de atrasados e sem reintegração ao serviço ativo. (H.H.)